



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC ...

SECRETARIA: Secretaria da Fazenda

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

EMENTA: Prazo para pedido de vista. Pedido genérico. Informação prestada no limite do possível. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 226/2017

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Fazenda, número SIC em epígrafe, para informação sobre a legislação que determina os prazos para atendimento dos pedidos de vista de processos da Pasta.
2. Em resposta, a Secretaria distinguiu dois possíveis processos e indicou a legislação correspondente. O silêncio do ente em esfera recursal ensejou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta encaminhou decisão que negou provimento ao recurso, embasada em parecer de sua Consultoria Jurídica, pela impossibilidade de oferta de resposta ao interessado em razão da generalidade do pedido e por este não estar abrigado nas normas que regulamentam o SIC.
4. De início, cabe assinalar que, realmente, um pedido genérico pode tornar inviável o atendimento, em face da imprecisão ou demasiada amplitude da informação almejada. A clareza na solicitação de acesso é condição necessária para a efetivação do direito à informação, pois permite que a Administração Pública compreenda e responda de forma satisfatória, conforme entendimento consolidado desta Ouvidoria Geral do Estado e também do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União: “Necessário ainda que se leve em consideração, nesse contexto, o conceito de pedido genérico, insculpido no inciso I do art. 13 do Decreto nº 7.724/2012. Com efeito, não há como admitir que o demandante se esquive do ônus de delimitar, de forma clara e precisa, conforme prevê o art. 12 do Decreto nº 7.724/2012, seu requerimento de informação, a fim de que seja propriamente apreciado. Na verdade, a imprecisão do pedido genérico impossibilita até mesmo que a Administração diligencie no sentido de satisfazer a demanda do requerente, tornando impossível, do ponto de vista fático, o atendimento ao pedido. Ocorre que o conceito de ‘pedido genérico’, para que possa ser melhor compreendido, acarreta, a contrário sensu, uma definição a respeito do significado de ‘pedido específico’ no âmbito da Lei de Acesso à Informação. Desse modo, a Controladoria-Geral da União buscou, tanto na experiência internacional quanto na experiência da Administração Pública Federal, a melhor

5

MKL



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

forma de explicitá-lo, e tem entendido que, para ser suficientemente específico, o pedido deve preencher os seguintes requisitos:

a) o assunto do registro solicitado deve ser indicado de modo individualizado e com suficiente particularidade quanto ao tempo, lugar e evento, de forma a permitir que o servidor do órgão ou entidade que tenha familiaridade com o assunto possa identificá-lo de maneira célere e precisa;

b) de forma complementar, deve ser indicada, de maneira clara, a listagem dos documentos que sirvam de suporte à informação, com suas respectivas datas de emissão, período de vigência, origem e destino”. (CGU, Despacho nº 4685 de 17/06/2013. Processo nº 00077.000044/2013-79).

5. No caso concreto em apreço, o solicitante requereu os prazos dos pedidos de vista de processos administrativos e a respectiva legislação de regência. A Secretaria distinguiu os dois tipos de expedientes mais comuns em seu âmbito – processo administrativo tributário e procedimentos administrativos gerais – e apresentou resposta, indicando que, em ambos os casos, o prazo do pedido de vista pode variar de acordo com a fase processual em que se encontre, fornecendo como legislação base a Portaria CAT nº 35/96 e a Lei Estadual de Processo Administrativo.

6. Assim, buscou a Pasta atender à solicitação na medida de sua generalidade, com vistas a cumprir o disposto no artigo 11 da Lei de Acesso à Informação.

7. Vale ainda dizer que também a Lei Estadual de Proteção ao Usuário dos Serviços Públicos (Lei nº 10.294/99), em seu artigo 21, inciso II, assegura ao interessado em processo administrativo ter vista dos respectivos autos, sem, contudo, definir um prazo para tal atendimento. Pelo já frisado artigo 11 da Lei nº 12.527/2011, o acesso à informação disponível deve ser concedido de imediato pelo órgão público detentor da mesma, sempre que possível.

8. Diante do exposto, tendo a Pasta atendido o pedido genérico na medida do possível, indicando procedimentos e a pertinente legislação, **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.

9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 24 de outubro de 2017.

GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL